

## ATA n.º 2



**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho no mapa de pessoal do Município de Cascais, na Divisão de Trânsito e Mobilidade, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)**

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas 10.00 horas, reuniu nas instalações do Departamento de Recursos Humanos, sito no Edifício Cascais Center, Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118 2750-281, o júri do procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na Divisão de Trânsito e Mobilidade do mapa de pessoal do Município de Cascais, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnico superior, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), aberto pelo Despacho n.º 37/2018, de 4 de julho de 2018, do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Carlos de Jesus Lavrador Carreiras, e publicitado na página eletrónica do Município na Internet e na BEP, com o n.º OE201808/0340, estando presentes os seguintes membros:

Presidente: Marta Gomes da Silva, Chefe de Divisão de Trânsito e Mobilidade;

1.º Vogal efetivo que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, Luís Miguel Pedroso Lima, Chefe de Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos;

2.º Vogal efetivo, Suzana Alexandra Fernandes Andrade, técnica superior Divisão de Trânsito e Mobilidade.

A reunião do júri teve como finalidade deliberar sobre os seguintes pontos:

- 1 - Análise das candidaturas e aprovação das listas de candidatos a admitir e a excluir;
- 2 - Avaliação curricular dos candidatos;
- 3 - Aprovação do projeto de lista de ordenação final;
- 4 - Audiência Prévia.

**Ponto 1 – Análise das candidaturas e aprovação da lista de candidatos a admitir e a excluir**

Terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deu-se início à análise das mesmas, tendo-se verificado a apresentação de onze (11) candidaturas para o posto de trabalho colocado a concurso apresentadas no prazo fixado no anúncio do procedimento concursal.

Considerando que o presente procedimento concursal foi aberto no âmbito do programa de regularização extraordinária de vínculos precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conforme consta do n.º 9.1 do respetivo anúncio, apenas poderão ser admitidos a este procedimento os candidatos que efetivamente se encontrem nas condições definidas nos artigos 3.º e 5.º daquele diploma, cujas funções tenham sido reconhecidas pelo órgão executivo do Município como correspondendo a necessidades permanentes tituladas por vínculo inadequado.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verificou-se que o candidato **Filipa Louro Pereira Bom** se encontra nas condições definidas nas normas legais acima citadas, conforme reconhecido por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 9 de março de 2018 e de acordo com a informação da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, de 14 de junho de 2018, que mereceu a concordância do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Relativamente a estas candidaturas, o júri também constatou que, conforme exigência do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, se encontram reunidos os requisitos gerais e especiais para ingresso na carreira posta a concurso, e que foi entregue a documentação solicitada no anúncio do concurso e indispensável à aplicação do método de seleção definido.

Tendo em conta o que acima se expôs, o júri do concurso deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto das listagens de candidatos a admitir e a excluir, ordenadas por ordem alfabética:

#### Listagem de candidato a admitir

Candidato
Filipa Louro Pereira Bom

#### Listagem de candidatos a excluir

Candidatos	Motivo da exclusão
Ana Mafalda Silva Carolino	a)
Bárbara Bulhão	a)
Daniel Filipe Fonseca Marinho	a)
Fernando José Simões Areal	a)
Patrícia Afonso da Fonseca Alexandre	a)
Patrícia Alexandra Branco Silva	a)
Sofia Fernandes	a)
Susana Filipe	a)
Verónica Picão	a)
Vitor Geraldês Pereira	a)

a) Não se encontram nas condições definidas nos artigos 3.º e 5.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, porquanto não exerceram funções no Município de Cascais nos períodos definidos nas referidas normas que tenham sido reconhecidas pela Câmara Municipal como correspondendo a necessidades permanentes tituladas por vínculos inadequados.

## Ponto 2 - Avaliação curricular do candidato

Em conformidade com o definido na ata da primeira reunião do júri deste concurso, que teve lugar em 2 de agosto de 2018, a avaliação curricular resultará da ponderação dos fatores habilitação académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes (HA), formação profissional (FP) e experiência profissional (EP), será expressa na escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = [(HA) + (FP \times 2) + (EP \times 4)] / 7$$

Em que:

1. A valoração da habilitação académica (HA) será atribuída de acordo com a seguinte critério:

- a) Nível habilitacional exigido para integração na carreira de Técnico superior;
- Com Doutoramento na área da Arquitetura (20 valores);
  - Mestrado na área de Arquitetura (18 valores);
  - Licenciatura na área de Arquitetura (16 valores).

2. A valoração da formação profissional (FP) será calculada de acordo com o seguinte critério:

Horas de formação	Classificação (valores)
0 a 6 horas	0
7 a 50 horas	3
51 a 100 horas	6
101 a 150 horas	9
151 a 200 horas	12
201 a 250 horas	15
251 a 300 horas	18
>300 horas	20

3. A experiência profissional (EP) será avaliada mediante ponderação do tempo de exercício de funções caracterizadoras dos postos de trabalho concursados, de acordo com o seguinte critério:

Duração da experiência profissional	Classificação (valores)
Até 3 meses	10
Entre 3 e 6 meses	14
Entre 6 e 10 meses	18
Igual ou superior a 12 meses	20

4. A Classificação final (CF) resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = AC \text{ (avaliação curricular)}$$

Nesta conformidade, após a verificação dos elementos apresentados pelo candidato, o júri deliberou, por unanimidade, atribuir-lhe a seguinte classificação em sede de avaliação curricular:

Candidata	Nota obtida em cada um dos fatores de Avaliação Curricular (AC)			Classificação final obtida na AC (após aplicação da fórmula)
	Habilitações Literárias (HA)	Formação Profissional (FP)	Experiência Profissional (EP)	
Filipa Louro Pereira Bom	18 a)	0 b)	20 c)	14,00 Valores

a) O nível habilitacional da candidata é superior ao exigido para integração na carreira de técnica superior

b) Considerou-se que a formação profissional frequentada não tem qualquer relação com as exigências e competências necessárias ao exercício das funções a desempenhar, não se demonstrando diretamente relevante para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho concursado.

c) Considerou-se que tempo de exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho concursado foi de 14 meses

### 3 - Aprovação da lista de ordenação final

Na sequência da classificação atribuída pela aplicação do método de seleção de avaliação curricular, o júri deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte projeto de lista de ordenação final:

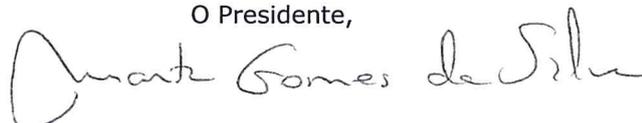
Candidato	Classificação final
Filipa Louro Pereira Bom	14,00 Valores

### 4 - Audiência Prévia

Em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o júri deliberou, por unanimidade, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar os candidatos da lista de candidatos admitidos e excluídos, da classificação obtida no método de seleção aplicado e do projeto de lista de ordenação final, para que aqueles, no prazo de 10 dias úteis, querendo, venham dizer o que se lhes oferecer, utilizando, para o efeito, o formulário tipo para participação dos interessados disponíveis na página eletrónica do Município. Mais deliberou, igualmente por unanimidade, que a referida notificação seja realizada preferencialmente por correio eletrónico e, na sua impossibilidade, por correio registado com aviso de receção e que a presente ata seja afixada no Atendimento do Departamento de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica do Município na Internet.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 11.30 horas, da qual foi elaborada a presente ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada, por unanimidade, e vai ser assinada pelos elementos do júri presentes.

O Presidente,



O 1.º Vogal Efetivo



O 2.º Vogal Efetivo

